

A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2007 e 2016

Juliano Luiz Fossá; Unochapecó; j.fossa@unochapeco.edu.br

Lauro Francisco Mattei; UFSC; l.mattei@ufsc.br

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Resumo

O presente artigo analisa a evolução do crédito rural e sua distribuição no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. Inicialmente faz-se uma síntese do processo histórico de criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir de sua institucionalização no ano de 1965. O crédito rural se colocou como a principal política pública de apoio a agropecuária nacional com crescentes montantes de recursos concedidos até o final da década de 1970. A partir dos anos de 1980 com a recessão econômica vivenciada no país o crédito rural torna-se escasso e impulsiona o surgimento de diversas cooperativas de crédito, especialmente para anteder os pequenos produtores, que por sua vez, historicamente estavam à margem do acesso ao crédito rural. Registra-se também o surgimento do Pronaf em 1996 como um aspecto histórico no que tange às políticas públicas específicas para agricultura familiar. A partir do Pronaf o estado de Santa Catarina se coloca como um dos principais contratantes do país dessa linha, especialmente pela significativa presença da agricultura familiar no estado. Posteriormente, apresenta-se uma série de dados e informações sobre o número de contratos celebrados e o volume total de recursos disponibilizado no período considerado, em particular para o Pronaf. O trabalho é concluído com uma constatação relevante: apesar de o Pronaf responder por mais de 68% dos contratos realizados no ano de 2016, esse programa contratou apenas 24% do total dos recursos do crédito rural disponibilizado no estado catarinense, cuja base agropecuária é dinamizada majoritariamente pelo sistema familiar de produção.

Palavras-Chave: Crédito Rural; Santa Catarina; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído no Brasil em 1965, por meio da Lei n. 4.829, com a finalidade de promover condições adequadas para a expansão do desenvolvimento agrícola do país. Contudo, ao longo dos anos observou-se que o desenvolvimento desse sistema não propiciou o apoio necessário a todos os segmentos de

produtores rurais, especialmente ao segmento da agricultura familiar que ficou alijado por muito tempo.

O estado de Santa Catarina, por se situar entre os principais produtores agropecuários do país e ter a maioria de seus municípios com atividades econômicas baseadas no sistema familiar de produção, necessita de volumes crescentes de crédito rural para o fortalecimento da agricultura familiar visando o aumento da produção, do emprego e renda.

Em termos metodológicos, esse estudo possui um caráter misto, ao casar análises qualitativas e quantitativas sobre o assunto em tela. As informações utilizadas foram coletadas junto aos anuários estatísticos do crédito rural do país, disponibilizados pelo Banco Central, os quais permitiram verificar a trajetória de distribuição do referido crédito nas regiões catarinenses no período entre 2007 e 2016.

Para tanto, o artigo contém, além dessa breve introdução, mais três seções. A primeira faz uma breve síntese do processo de criação e institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir de 1965. A segunda seção analisa a distribuição do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016, destacando a participação do Pronaf, tanto em número de contratos como no volume total de recursos disponibilizado. A terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, ressaltando a importância do crédito rural para o sistema familiar de produção, cuja presença é predominante no estado catarinense.

1- INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL E O SURGIMENTO DO PRONAF

A década de 1960 se constitui em um novo marco para o desenvolvimento econômico brasileiro, em função da política de modernização do setor agropecuário assentada no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei n. 4.829/ 1965.

Arbage (2006) aponta que crédito rural se estabeleceu no país como um instrumento decisivo para o processo de modernização da agricultura brasileira, ou seja, o financiamento se constituiu na viabilização de suas atividades produtivas. Na visão de Delgado (1985), a concessão de crédito rural assumiu expressão somente no final da década de 1960, destacando-se dentre todas as políticas públicas para o setor agrícola. .

Ainda para Delgado (1985), esse processo ocorreu de forma seletiva (e, por que não dizer, excludente), ao priorizar os grandes produtores (capitalistas) rurais localizados

principalmente nas regiões Sudeste e Sul do País, sob a ótica da modernização, aumento da produtividade, deixando à margem dessa política pública os pequenos produtores familiares.

A partir do início da década de 1970, a expansão dos recursos financiados ganha força, especialmente, dada a conjuntura vivenciada pelo chamado “milagre econômico”, condição que perduraria até o final dos anos de 1970. No início da década de 1980, todavia, o aumento do endividamento externo; a falta de capital estrangeiro; e os altos níveis de inflação, levaram o sistema ao colapso e promoveram uma redução expressiva no volume de recursos públicos destinado aos financiamentos das atividades produtivas do setor agropecuário.

Diante da estagnação do sistema de crédito rural a partir do início da década de 1980 e do crescimento das dificuldades de acesso ao crédito rural por parte dos pequenos produtores familiares, buscaram-se alternativas em várias frentes. Por um lado, surgiram os primeiros movimentos e iniciativas de organização e estruturação de cooperativas de crédito rural, especialmente nos estados do Sul do País, cuja finalidade era propiciar o acesso ao crédito para esse segmento historicamente marginalizado (BENETTI, 1994). Por outro, na década seguinte conquista-se, após muitas lutas e mobilizações, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considerado “um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura Brasileira” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004, p. 154). Para esses mesmos autores, “[...] esse programa emerge como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social.” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 46),

O Pronaf significa um divisor de águas em termos de política pública nacional exclusivamente para o segmento da agricultura familiar, pois, com sua criação, são cumpridas duas demandas importantes. A primeira delas está em atender à uma reivindicação histórica dos movimentos sociais no que se refere ao financiamento de atividades produtivas no âmbito da agricultura familiar. A segunda diz respeito ao reconhecimento da importância da agricultura familiar e o seu papel de destaque na estrutura e organização do setor rural. A importância social da agricultura familiar eleva o Pronaf como um programa estratégico para o desenvolvimento rural (MATTEI, 2006).

A concepção e implementação do Pronaf e sua função social no desenvolvimento econômico do país “estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural” (CARNEIRO, 1997, p. 71).

Outro aspecto relacionado ao Pronaf é que “o programa vem recebendo aperfeiçoamentos sequenciais, no sentido de transformá-la efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões, dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares, tornando-os cidadãos brasileiros” (MATTEI, 2006, p. 470).

De um modo geral, o crédito rural atualmente continua sendo uma das principais políticas de apoio à agricultura nacional. Entretanto, seu acesso ainda precisa ser ampliado ao conjunto de agricultores (patronal e familiar) e estar associado a outras políticas para possibilitar melhorias efetivas nas condições de desenvolvimento rural.

2 - A DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2007 E 2016

Essa seção analisa a distribuição de crédito rural no estado de Santa Catarina no período de 2007 a 2016, com base nas informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os valores dos contratos foram deflacionados para o ano de 2016, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

No período considerado, nota-se que os agricultores e cooperativas tiveram acesso a diversas linhas e programas de crédito rural, destacando-se os seguintes: programa para redução da emissão de gases de efeito estufa; programa nacional de crédito fundiário; programa de financiamento sem vínculos; programa de incentivo à inovação tecnológica; programa de modernização da agricultura e conservação dos recursos naturais; programa de modernização da frota de tratores; programa de incentivo à irrigação e à produção em ambiente protegidos; programa para construção e ampliação de armazéns; programa de reforço do investimento; programa de capitalização de cooperativas; programa de cooperação nipo-brasileira para desenvolvimento do cerrado; programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária; programa de sustentação do investimento; programa nacional de apoio ao médio produtor rural; programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, etc.

De um modo geral, pode-se afirmar que os programas e linhas de crédito rurais acessados no estado catarinense nesse período se vinculam a diversas ações gerais. Todavia, a grande maioria dessas linhas de crédito está associada aos financiamentos destinados aos

grandes produtores e às grandes cooperativas, exceção nos casos do Pronamp e do Pronaf, cuja finalidade central é o atendimento das demandas dos agricultores familiares.

A tabela 1 apresenta o número total de contratos efetivados no país e em Santa Catarina. No âmbito nacional observam-se dois movimentos distintos. Por um lado, após reduções importantes nos anos de 2008 e 2009, os contratos voltaram a crescer até o ano de 2013, quando praticamente se chegou ao mesmo patamar de 2007. De 2013 em diante nota-se uma redução sequencial do número de contratos celebrados, sendo que o total de contratos realizados em 2016 foi 25% menor em relação ao ano inicial da série. Já em Santa Catarina ocorreu uma situação levemente distinta, uma vez que entre 2007 e 2009 o número de contratos cresceu linearmente. A partir desse ano uma redução sequencial expressiva, particularmente nos dois últimos anos. Com isso, verifica-se que o número de contratos celebrados em 2016 representava 71% do total efetivado no primeiro ano da série.

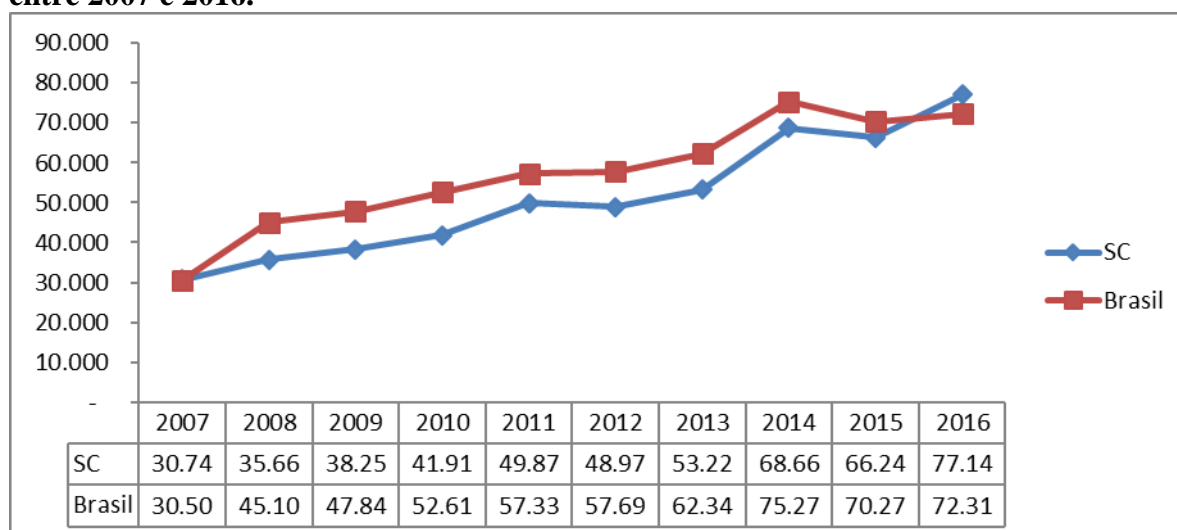
Tabela 1–Total de contratos do crédito rural efetivados no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2007 e 2016.

Ano	Santa Catarina	%	Brasil	%
2007	203.429	--	2.964.985	--
2008	215.848	6,1	2.435.282	-17,9
2009	230.955	7,0	2.505.854	2,9
2010	206.379	-10,6	2.336.210	-6,8
2011	185.925	-9,9	2.317.983	-0,8
2012	211.351	13,7	2.646.731	14,2
2013	214.748	1,6	2.821.615	6,6
2014	187.142	-12,9	2.592.738	-8,1
2015	146.305	-21,8	2.338.868	-9,8
2016	145.135	-0,8	2.237.146	-4,3

Fonte: Banco Central do Brasil 2016. Elaboração dos autores,

O gráfico 1 apresenta a evolução do valor médio dos contratos, tanto para Brasil como para Santa Catarina. Em ambos os casos, observa-se um movimento similar, ou seja, um aumento expressivo do valor médio em todo o período considerado. Verifica-se que até o ano de 2015 os valores médios dos contratos celebrados em Santa Catarina encontravam-se ligeiramente abaixo dos valores médios celebrados no país. Já no ano de 2016 ocorreu uma inversão, sendo que os valores médios de Santa Catarina situaram-se em um patamar levemente superior aos do país. No geral, os valores médios dos contratos do estado catarinense passaram de R\$ 30.740,00 em 2007, para R\$ 77.143,00, em 2016, significando uma variação acumulada no período ao redor de 250%.

Gráfico 1–Valor médio dos contratos (em R\$) no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2007 e 2016.

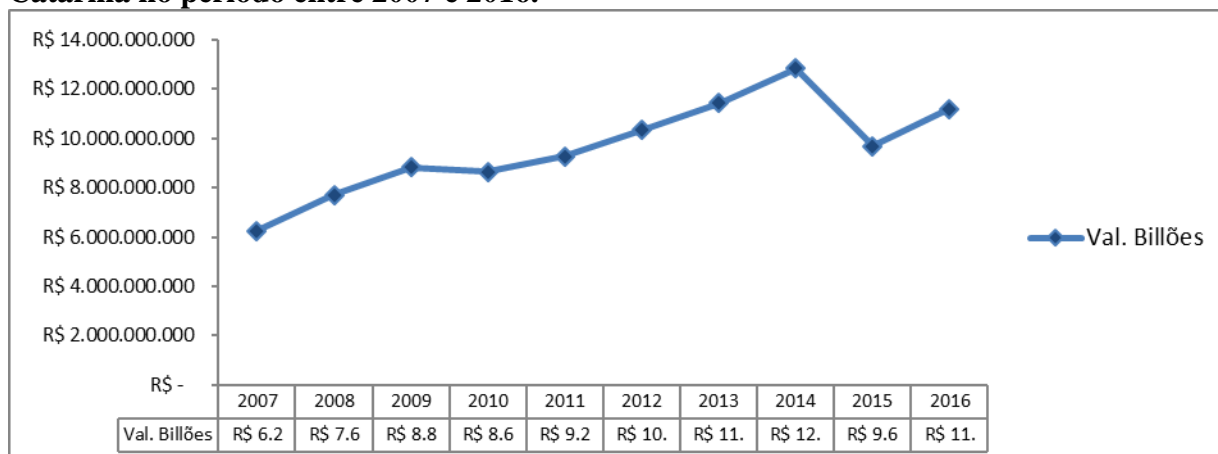


Fonte: Banco Central do Brasil 2016. Elaboração dos autores.

O gráfico 2 apresenta o volume total de crédito contratado no estado de Santa Catarina para o período considerado. Inicialmente registra-se uma tendência de crescimento do volume global de crédito contratado entre 2007 e 2014, sendo que neste último ano foi atingido o pico máximo com os contratos totalizando aproximadamente R\$ 12 bilhões. Isso significou exatamente o dobro em relação ao ano inicial da série considerada. A partir 2014 observa-se uma redução do volume contratado, sendo que em 2016 o volume total se situou no patamar de R\$ 11 bilhões. Mesmo assim, esse valor é 44% superior ao volume total contratado no primeiro ano da série.

Em grande medida, pode-se dizer que essas oscilações presenciadas nos dois últimos anos estão diretamente ligadas ao clima de instabilidade econômica e política que teve lugar no país, o qual levou ao impedimento da presidente democraticamente eleita.

Gráfico 2 – Volume total de recursos contratados (em bilhões de R\$) no estado de Santa Catarina no período entre 2007 e 2016.



Fonte: Banco Central do Brasil 2016. Elaboração dos autores.

A distribuição do total de recursos por grandes regiões revela que o maior volume de recursos foi contratado pela região Oeste, conforme Tabela 2. A concentração de recursos no ano de 2016 nessa região registrou o montante de R\$ 5.278.937.316,00, o que significa 47,2% do total do estado. No mesmo período, a região do Vale do Itajaí aparece na segunda posição, em termos de volume de recursos contratado, sendo que no ano de 2016 atingiu R\$ 2.8 bilhões valor que foi inferior ao contratado no ano de 2014 (R\$ 3.1 bilhões). Na sequência, aparecem a região Serrana, que contratou 1,2 bilhões de reais; a região Sul com 876 milhões de reais; a região Norte 735 milhões de reais e, por fim, a região litorânea com apenas R\$ 173 milhões contratados em crédito rural.

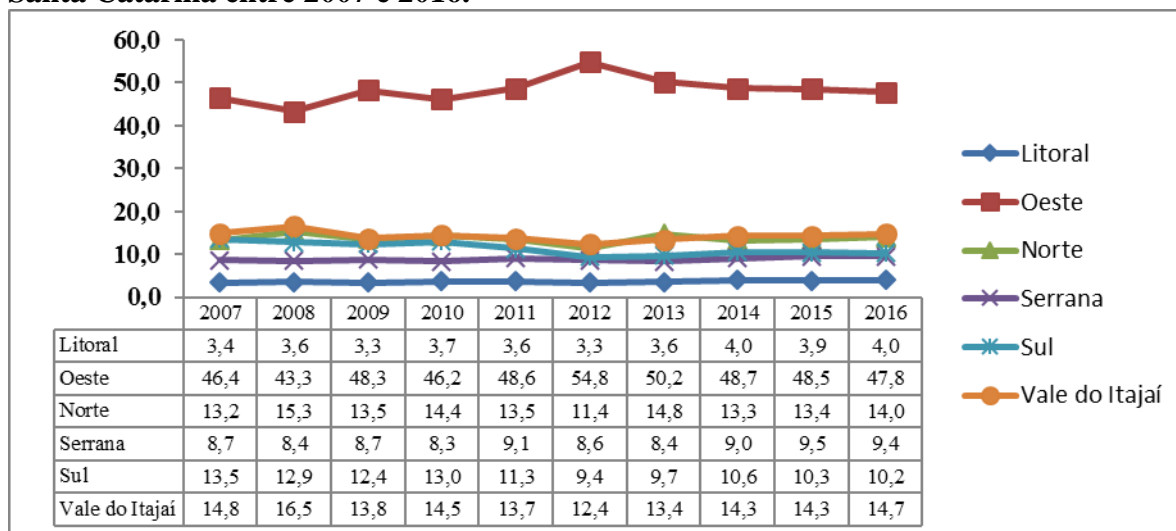
Tabela 2 – Distribuição do total do crédito rural por grandes regiões de Santa Catarina no período entre 2007 e 2016.

Região	2007	2008	2009	2010	2011
Oeste	3.473.989.709	109.847.324.189	4.650.076.018	4.294.668.131	5.090.328.554
Vale	682.353.967	817.363.881	1.124.269.113	1.235.023.874	1.267.062.518
Litoral	135.706.940	154.658.649	203.950.491	219.033.056	193.162.003
Sul	682.880.125	937.955.491	894.591.682	990.014.981	803.977.382
Serrana	605.097.876	810.469.110	910.382.860	885.934.123	976.129.086
Norte	673.327.587	985.052.464	1.051.933.209	1.026.575.741	941.561.437
Total	6.253.356.203	113.552.823.783	8.835.203.373	8.651.249.907	9.272.220.979
Região	2012	2013	2014	2015	2016
Oeste	5.799.728.352	5.681.017.399	6.058.518.625	5.458.894.432	5.278.937.316
Vale	1.791.757.309	2.587.587.863	3.147.370.574	1.195.423.509	2.867.943.577
Litoral	198.782.281	246.985.243	275.456.110	170.147.601	172.205.845
Sul	822.190.666	867.667.469	1.098.692.713	983.349.352	876.209.712
Serrana	971.760.542	1.091.447.298	1.352.391.676	1.157.875.992	1.265.114.057
Norte	767.301.227	955.372.229	916.753.050	726.578.330	735.719.890
Total	10.351.520.376	11.430.077.502	12.849.182.748	9.692.269.216	11.196.130.398

Fonte: Banco Central do Brasil (2016), elaboração dos autores.

Em relação ao número de contratos, nota-se que a região Oeste, do mesmo modo, concentra a maioria em relação aos contratos celebrados nas demais regiões do estado. Neste caso, nota-se que no ano de 2007 o número de contratos alcançou 94.337, quantidade reduzida para 69.313 no ano de 2016. Esse comportamento foi comum para o conjunto do estado, uma vez que no mesmo período registrou-se uma redução de aproximadamente 58 mil contratos. Na sequência, verifica-se que a região do Vale do Itajaí, com 21.332 contratos celebrados em 2016, representou 14,7% do total estadual. Os percentuais relativos às demais regiões encontram-se disponíveis no gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentual do número de contratos do Crédito Rural por grande região de Santa Catarina entre 2007 e 2016.



Fonte: Banco Central do Brasil (2016), elaboração dos autores.

Essa concentração na região Oeste, tanto do volume de recursos como do número de contratos, está diretamente relacionada ao potencial agrícola dos 118 municípios que parte dessa região, especialmente em função da forte presença da agricultura familiar e do sistema de cooperativismo agrícola. Mas deve-se registrar que as demais regiões também detém ainda, expressiva participação na produção agrícola estadual, uma vez que o número de contratos de crédito rural continua bastante expressivo.

A tabela 3 apresenta o total de contratos firmados e a participação do PRONAF nesse total. Em relação ao número total de contratos firmados, nota-se uma expansão até o ano de 2013 e a partir de então uma forte queda, sendo que no último ano da série foram celebrados 58 mil contratos a menos que o total realizado no ano de 2007.

A participação do PRONAF, todavia, manteve uma trajetória crescente ao longo de todo o período considerado. Assim, nota-se que em programa representou 56% do total de contratos efetivados no estado. Já no último ano da série (2016) atingiu 68% do total de contratos. Essa expressiva participação do Pronaf no movimento geral do crédito rural pode ser explicada pela forte presença de agricultores familiares no estado, os quais ampliaram seu acesso ao crédito, seja pela via dos financiamentos tradicionais, seja pela expansão das cooperativas de crédito que se expandiram em todas as regiões do estado.

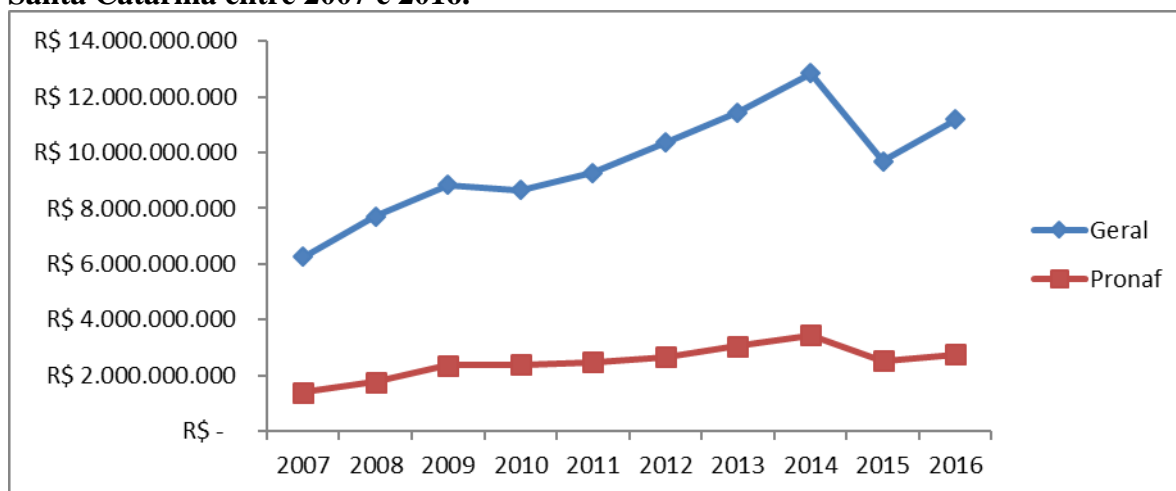
Tabela 3 – Participação do Pronaf no total de contratos celebrados em Santa Catarina no período entre 2007 e 2016.

Ano	Geral	Pronaf	Part. (%) Pronaf
2007	203.429	114078	56,08
2008	215.848	113361	52,52
2009	230.955	136556	59,13
2010	206.379	121278	58,76
2011	185.925	114506	61,59
2012	211.351	142301	67,33
2013	214.748	141251	65,78
2014	187.142	125612	67,12
2015	146.305	100117	68,43
2016	145.135	99748	68,73

Fonte: Banco Central do Brasil 2016. Elaboração dos autores.

Apesar dessa expressiva participação do Pronaf no número total de contratos celebrados, o volume de crédito especificamente destinado à agricultura familiar via Pronaf em nenhum dos anos em análise ultrapassou o percentual de 28%. Tomando-se o último ano da série como referência, verifica-se que, apesar do Pronaf representar quase 69% do total dos contratos, sua participação no total de recursos disponibilizados pelo sistema de crédito não ultrapassou a 24%. Isso significa que ainda persiste uma forte concentração dos recursos na agricultura patronal e empresarial, mesmo que os agricultores familiares sejam a ampla maioria dos produtores rurais.

Gráfico 4 – Participação do Pronaf no volume total do crédito rural contratado em Santa Catarina entre 2007 e 2016.



Fonte: Elaboração dos autores, Banco Central do Brasil 2016.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne à trajetória da política do crédito rural no Brasil, nota-se que com a criação desse sistema de crédito no ano de 1965, assegurou-se à agricultura brasileira acesso ao crédito de forma sequencial e institucionalizada, uma vez que anteriormente a esse período, existiam pequenas iniciativas dispersas no âmbito nacional.

Mesmo com a institucionalização do referido sistema, nota-se que o aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades agrícolas não foi suficiente para contemplar o conjunto de agricultores do país. Isto porque a maioria dos recursos foi direcionada para o segmento da agricultura patronal dentro da lógica do modelo de desenvolvimento rural produtivista. De alguma forma, essa opção foi extremamente negativa para o sistema familiar de produção que foi colocado à margem do sistema, uma vez que o acesso aos recursos ofertados foi restringido.

Essa situação vivenciada pela agricultura familiar somente começou a ser alterada na década de 1990, quando foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo foi conceder linhas de crédito específicas para agricultura familiar.

As informações analisadas nesse estudo revelaram que o volume de crédito rural contratado no estado de Santa Catarina teve aumento de 79,0%, passando de R\$ 6.2 bilhões em 2007, para R\$ 11.2 bilhões, em 2016. Todavia o número de contratos teve uma redução no mesmo período, passando de 203 mil, em 2007, para 145 mil contratos, em 2016. Essa redução, em parte, pode ser explicada pelo cenário econômico do país, cuja instabilidade inibe a busca de novos financiamentos e projetos de investimentos no setor agrícola, em particular nas unidades de produção de menor porte.

Dentre os diversos programas e linhas de crédito rural disponível no estado catarinense, observa-se que no período considerado o PRONAF representou aproximadamente 70% do total de contratos efetivados.

Isso permite concluir que o crédito rural continua sendo um importante instrumento de estímulo e de fortalecimento da produção agrícola e, conseqüentemente, de incentivo ao aumento da produção, do emprego e da renda no meio rural. Particularmente, registra-se o papel especial desempenhado pelo PRONAF em Santa Catarina, estado cuja dinâmica agrícola é fortemente determinada pelo sistema familiar de produção.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p. 529-548, jul./set. 2004.
- ARBAGE, Alessandro Poporatti. **Fundamentos de Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2006.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1996-2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- _____. Lei n. 4.829, de 05 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1965.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 70-82, abr. 1997.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004.278f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- _____. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 045-068, jan./mar. 2013.
- MATTEI, Lauro. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER/BNB, 2006.